

Demonstrações Financeiras 2021

**A Cooperativa Central de Crédito, Poupança
e Investimento do Norte/Nordeste - Sicredi
Central Norte/Nordeste**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal**



Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da
Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste
Cabedelo- PB

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste (“Cooperativa Central”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa Central, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2, às demonstrações financeiras, a qual descreve a reapresentação efetuada sobre os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, relacionada a: (i) reclassificação dos saldos de outros dispêndios e despesas operacionais para dispêndios e despesas de intermediação financeira, em decorrência da natureza das operações e (ii) reclassificação de outros passivos para provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas, em decorrência da natureza da transação. Nesse contexto, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23 - Políticas Contábeis,



Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa Central é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa Central continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa Central ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa Central são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

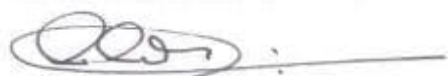
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa Central.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa Central. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa Central a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 29 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/F-7



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Neste documento, a administração da Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Norte/Nordeste – Central Sicredi Norte/Nordeste, seguindo o princípio do cooperativismo de transparência na gestão e em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

O ano de 2021 foi marcado pela retomada. Mesmo com o cenário de pandemia, que se prolongou durante todo o ano, o Sicredi manteve o ciclo virtuoso do cooperativismo vivo.

Por meio das linhas de crédito concedidas aos associados nas cooperativas, apoiamos a manutenção da atividade econômica das comunidades nas regiões onde atuamos, reforçando o compromisso com a nossa missão de agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade.

Nossas linhas de crédito tradicionais continuaram ativas, assim como as linhas dos programas emergenciais do Poder Público. E, como é característico do nosso modelo de negócio, acompanhamos de perto a realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, o que possibilitou ampliar a oferta de opções adequadas às necessidades de cada um na retomada e manutenção dos negócios.

Seguimos ampliando a oferta de soluções em meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativo), o que viabilizou muitas de nossas demandas, já que esses são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações sem a necessidade de ida às agências. Também contamos com canais telefônicos que podem ser utilizados para tirar dúvidas e atendimento via WhatsApp, o que traz ainda mais agilidade para muitas das solicitações. Em paralelo, voltamos a operar de forma presencial em todas as agências, seguindo os protocolos das autoridades sanitárias e mantendo mais esse canal de relacionamento com nossos associados.

Durante esse período de retomada, destacamos os seguintes fatos administrativos: Expandimos as linhas de crédito para o Agronegócio, implantamos linhas de Crédito Direcionado com recursos do BNDES e Linhas de Crédito Imobiliário com recursos da Poupança Rural. Iniciamos também a captação de Poupança Imobiliária (SBPE) através das nossas cooperativas, o que elevará o funding para operações de Crédito Imobiliário em todo o Sistema, bem como foram destinados recursos para as cooperativas operarem com o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO. Destacamos ainda a realização de Encontros Semanais com os Executivos das cooperativas para alinhamento das estratégias e elaboração de Relatório de Diagnóstico das cooperativas filiadas em relação à evolução de carteiras, produtos e resultados, propondo sugestão de ações para o atingimento dos objetivos e enquadramento de indicadores em desconformidade.

Para ampliar ações de sustentabilidade e diversidade, em 2021 buscamos recursos fora do Brasil através de captações. Na primeira delas, firmamos um acordo com a International Finance Corporation (IFC), membro do Grupo Banco Mundial, para estimular projetos de energia solar. Em outra captação internacional que merece destaque, neste ano buscamos recursos fora do país destinados a micro, pequenas e médias empresas brasileiras lideradas por mulheres. A iniciativa inclui o fator gênero como critério para o uso dos recursos, assim como outros fatores sociais e ambientais. O acordo de parceria foi firmado junto à DEG, Instituição de Desenvolvimento Financeiro Alemã, subsidiária do Banco de Desenvolvimento Alemão (KfW), e à agência de fomento francesa PROPARCO, subsidiária do Banco de Desenvolvimento Francês (AFD), instituições financeiras de desenvolvimento (DFIs sigla em inglês) que possuem o objetivo de prover financiamento e capital de giro de longo prazo às empresas privadas em países emergentes e em desenvolvimento.

Durante este período, desenvolvemos o Programa de Motivação em Vendas (PROMOVE) com o objetivo de implantar, disseminar e ampliar a cultura de relacionamento e de venda de produtos não financeiros, bem como estimular o crescimento e a evolução das Cooperativas filiadas por meio do estabelecimento de metas de resultados e produtos, com o envolvimento permanente de todos os colaboradores e dirigentes, além de campanhas de produtos com o incentivo de premiações para as cooperativas. Foram realizados 12 encontros no ano de 2021 com a participação média de 200 colaboradores das filiadas nos eventos de desenvolvimento da cultura de relacionamento com associados.

Tivemos ainda a implantação da Gestão de Desempenho na Central e treinamento das cooperativas para a adoção desta ferramenta de avaliação. Ao longo do ano foram investidos R\$ 461.746,36 para a realização de 21 capacitações relacionadas a: Análise e Ciclo de Crédito, Cobrança e Recuperação de Crédito, Preparatório CEA, Formação de Instrutor para Treinamento, Formação para Novos Gerentes de Agência NNE, Programa de Alta Performance para Conselho de Administração, Prevenção a Fraudes e Grafoscopia, Formação Metodologia 6Ds, Apresentações Inteligentes em PPT, Jornada de Formação de Gerentes de Negócios PF, PJ e Agro e Construção da Formação de Novos Líderes - GAs e GAFs. Ademais, iniciamos a primeira turma de Formação para Novos Gerentes de Agência da NNE, com o envolvimento de colaboradores da Central como facilitadores.

No Campo de Comunicação e Marketing, promovemos o Concurso Fotográfico, com o objetivo de estimular os associados a inscreverem fotografias para concorrerem a prêmios, e a Campanha "Poupança Digital", com a finalidade de fornecer visibilidade ao produto nos canais digitais nas áreas de atuação das Cooperativas NNE. Para fornecer maior suporte ao trabalho de expansão da marca Sicredi no meio jornalístico da nossa área de atuação, efetuamos a contratação de escritório de assessoria de imprensa.

No âmbito de Supervisão, realizamos auditorias internas nas 19 cooperativas filiadas, sendo duas especiais, visando a avaliação do efetivo desempenho do sistema geral de controles, fornecendo análises, recomendações e pareceres relativos ao estado das atividades examinadas. Para fins de gerenciamento de riscos, foram implementados 6 planos de riscos nas áreas de Crédito Rural-Enquadramento, Fiscalização e ProAgro, Caixa, Investimentos, Conta Corrente, Produto Cartão-Emissão e Crédito Comercial PF/PJ que estão sendo elaborados pelas cooperativas e acompanhados pela área de Controles Internos e Compliance da Central.

Na área de tecnologia, aceleramos os processos de automação e iniciamos análises de robotização para os processos de negócios e administrativos das cooperativas filiadas e da Central NNE. Já foram automatizados 90 processos, com 289 fluxos, em 07 cooperativas e 17 setores. Estas automações melhoram a eficiência, garantem boas práticas e controles de SLA, além de liberar o pessoal da área de negócios para focar efetivamente no associado, cumprindo nosso papel de promover uma sociedade mais próspera.

Em continuidade com as estratégicas sistêmicas, em parceria com as demais cooperativas Sicredi, avançamos nas melhorias de processos e modelos de atendimento para o formato digital ou físico com enfoque no uso adequado de novas ferramentas da Plataforma Digital, garantindo melhor experiência e acesso aos serviços das cooperativas pelos seus associados. Em se tratando de infraestrutura de telecomunicações, foi implantado o serviço de SD Wan em 98% das cooperativas, a fim de proporcionar efetiva redução de custos e retrabalho, e garantir maior disponibilidade de atuação.

Em outra frente, a Central atuou em inúmeras iniciativas para contribuir com o desenvolvimento da comunidade onde atua. A seguir listamos as principais ações sociais realizadas em 2021: o Projeto "Cooperação na ponta do lápis" com oficinas e palestras sobre educação financeira e a formação de multiplicadores na área, bem como o Projeto "Dia de Cooperar" com a arrecadação de quase 750 toneladas de alimentos arrecadados, beneficiando diretamente mais de 100 mil pessoas em situação de insegurança alimentar. Promovemos ainda a Campanha "Natal Solidário" a partir de doação de cestas natalinas e utensílios para uma instituição filantrópica. Além disso, continuamos a operar os movimentos "Gente que Cooperar Cuida" e "Eu Coopero com a Economia Local", auxiliando as comunidades carentes e reafirmando a força do cooperativismo como motor de contribuição para a continuidade da atividade econômica no país.

Tivemos também o Lançamento Oficial do "Sicredi na Comunidade" com o objetivo de apoiar projetos sociais locais de interesse coletivo, voltados à educação, cultura, esporte, saúde, meio ambiente, segurança e inclusão social, e realizamos articulações juntos às cooperativas para a implantação do Programa "União faz a vida" a fim de contribuir para educação integral e o protagonismo de crianças e adolescentes por meio de uma metodologia de ensino que incentiva valores de cooperação e cidadania.

Dentre as estratégias para a estimulação da participação efetiva dos associados nas instâncias de decisão das cooperativas, foi revisado o Programa "Pertencer" para a adequação dos Estatutos e dos Regulamentos das cooperativas de modo a atender às exigências do Banco Central quanto à realização das Assembleias no Portal de Governança.

Ressaltamos a implantação do Comitê de Sustentabilidade em três cooperativas filiadas a fim de expandirem sua capacidade de gerar valor aos associados e às comunidades nas quais estão inseridas e do Comitê Mulher em duas cooperativas com o objetivo de promover a equidade de gênero por meio de um conjunto de ações educativas, empoderando as mulheres para que possam participar da gestão em todos os níveis da organização, liderando, empreendendo e promovendo o desenvolvimento sustentável, econômico e ambiental do nosso modelo de negócio.

De forma local, trabalhamos fortemente para que as demandas das cooperativas e dos colaboradores da Central fossem sempre atendidas, especialmente aquelas relacionadas ao enfrentamento da pandemia e à retomada econômica, dentre as quais destacamos: O acompanhamento junto as nossas Filiadas em relação às ações de prevenção e de atendimento nas agências e sedes, seguindo os protocolos recomendados pelo Ministério da Saúde e promovendo Campanhas de Conscientização de cuidados à saúde, construção de Guias e Protocolos de orientações para colaboradores e para as agências, além da realização de Monitoramento Covid, Plano de Retomada, Controle de Vacinação, dentre outras medidas.

Em parceria com as demais entidades do Sicredi, adaptamos vários processos e modelos de atendimento para o formato virtual, fortalecendo o movimento de transformação digital do Sicredi e uma experiência fluida para os associados.

Para os funcionários terceirizados, foi realizada a redução da carga horária, concessão de férias e a doação de cestas básicas mensais, visando contribuir com as suas necessidades básicas. Para os nossos colaboradores, adotamos em todas as situações possíveis, o modelo de trabalho remoto, gerando segurança e prevenção à saúde, além de disponibilizar os benefícios Sempre Bem – atendimento psicológico e o Telemedicina, com acesso online, gratuito e uma equipe médica qualificada, ambos estendidos aos familiares. Em caráter de auxílio para o trabalho home office, foram concedidos créditos adicionais de vale-alimentação depositados em seus cartões Sodexo e ajuda de custo para subsidiar energia e internet. Pensando no conforto dos nossos colaboradores, possibilitamos a retirada de cadeiras e demais materiais da sede da Central para utilização em sua residência.

Em face a essa realidade, realizamos um acompanhamento para verificação das condições emocionais e de trabalho de cada colaborador, e seguimos apoiando através de reuniões virtuais mensais, contatos individuais e atividades de socialização, a fim de manter as conexões e suportes necessários.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2021
(Em milhares de Reais)

Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste
CNPJ/MF nº 70.119.680/0001-42

ATIVO	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
ATIVO	3.483.799	3.583.715	PASSIVO	3.310.121	3.410.327
DISPONIBILIDADES (Nota 04)	-	9	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	3.243.272	3.356.143
ATIVOS FINANCEIROS	3.450.438	3.557.783	Centralização financeira - cooperativas (Nota 10)	3.243.272	3.356.143
Títulos e valores mobiliários (Nota 05)	3.307.933	3.419.301	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS (Nota 11)	14.562	13.652
Operações de crédito (Nota 06)	141.260	137.012	OUTROS PASSIVOS (Nota 12)	52.287	40.532
Outros ativos financeiros (Nota 07)	1.245	1.470	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 13)	173.678	173.388
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 06e)	(1.450)	(1.037)	CAPITAL SOCIAL	165.967	165.101
OUTROS ATIVOS (Nota 08)	21.420	16.499	RESERVAS DE SOBRAS	5.904	5.005
INVESTIMENTOS (Nota 09)	7.496	7.626	Reserva legal	4.958	4.054
IMOBILIZADO DE USO	5.895	2.830	Ajustes de avaliação patrimonial em controladas e coligadas	5	(4)
INTANGÍVEL	-	5	Outras Reservas	941	955
			SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	1.807	3.282
TOTAL DO ATIVO	3.483.799	3.583.715	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.483.799	3.583.715

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste
CNPJ/MF nº 70.119.680/0001-42

Descrição das contas	01/07/2021 a 31/12/2021	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020 (Reapresentado)
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	103.748	148.527	84.017
Operações de crédito	5.330	9.889	11.251
Resultado de títulos e valores mobiliários	98.418	138.638	72.766
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(96.788)	(136.468)	(71.189)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(281)	(413)	278
Resultado centralização financeira - Cooperativas (Nota 10)	(96.507)	(136.055)	(71.467)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.960	12.059	12.828
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(362)	(1.705)	(3.872)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	2	6	5
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 19)	(6.481)	(13.330)	(13.661)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 15)	(5.149)	(8.617)	(5.461)
Dispêndios e despesas tributárias	(7)	(10)	(18)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 09a)	(29)	(102)	243
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 16)	30.312	57.703	49.044
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 17)	(19.010)	(37.355)	(34.024)
RESULTADO OPERACIONAL	6.598	10.354	8.955
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	6.598	10.354	8.955
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	6.598	10.354	8.955

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)
Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste
CNPJ/MF nº 70.119.680/0001-42

	01/07/2021 a 31/12/2021	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Resultado líquido do exercício	6.598	10.354	8.955
Outros resultados abrangentes			
(-) Ajustes de instrumentos financeiros	5	9	(4)
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido	5	9	(4)
Resultado abrangente atribuível	6.603	10.363	8.951

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)
Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste
CNPJ/MF nº 70.119.680/0001-42

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/2020	155.922	189	3.116	796	-	1.187	161.210
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-	(1.187)	(1.187)
Destinações para reservas	-	(30)	-	-	-	-	(30)
Capital de associados							
Aumento de capital	9.180	-	-	-	-	-	9.180
Baixas de capital	(1)	-	-	-	-	-	(1)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	8.955	8.955
Destinações							
FATES - Estatutário	-	-	-	-	-	(469)	(469)
Reserva legal - Estatutária	-	-	938	-	-	(938)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(4)	-	(4)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(4.266)	(4.266)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2020	165.101	159	4.054	796	(4)	3.282	173.388
Mutações do exercício	9.179	(30)	938	-	(4)	2.095	12.178
Saldos no início do exercício em 01/01/2021	165.101	159	4.054	796	(4)	3.282	173.388
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-	(3.282)	(3.282)
Destinações para reservas	-	(14)	-	-	-	-	(14)
Capital de associados							
Aumento de capital	866	-	-	-	-	-	866
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	10.354	10.354
Destinações							
FATES - Estatutário	-	-	-	-	-	(301)	(301)
Reserva legal - Estatutária	-	-	904	-	-	(904)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	9	-	9
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(7.342)	(7.342)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	165.967	145	4.958	796	5	1.807	173.678
Mutações do exercício	866	(14)	904	-	9	(1.475)	290
Saldos no início do exercício em 01/07/2021	165.792	161	4.054	796	-	1.650	172.453
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-	-	-
Destinações para reservas	-	(16)	-	-	-	-	(16)
Capital de associados							
Aumento de capital	175	-	-	-	-	-	175
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	6.598	6.598
Destinações							
FATES - Estatutário	-	-	-	-	-	(301)	(301)
Reserva legal - Estatutária	-	-	904	-	-	(904)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	5	-	5
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(5.236)	(5.236)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	165.967	145	4.958	796	5	1.807	173.678
Mutações do exercício	175	(16)	904	-	5	157	1.225

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa Central de Crédito do Norte/Nordeste - Central Sicredi Norte/Nordeste
CNPJ/MF nº 70.119.680/0001-42

	01/07/2021 a 31/12/2021	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	6.902	11.937	9.108
Sobras líquidas	6.599	10.354	8.955
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE	303	1.583	153
(Reversão) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	281	413	(278)
Depreciação e amortização	214	382	352
Baixa imobilizado	11	20	-
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	-	910	-
Resultado de participações em controladas e coligadas	(29)	(102)	243
(Reversão) Provisão para bônus produtividade	127	261	305
Destinações ao FATES	(301)	(301)	(469)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	1.619	1.060	(11.244)
(Aumento) Redução em TVM e instrumentos financeiros derivativos	(173.397)	111.368	(976.733)
(Aumento) Redução em operações de crédito	22.232	(4.248)	20.884
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	146.800	(112.871)	948.173
(Aumento) em outros ativos	(4.661)	(4.888)	(2.990)
Provisão para desvalorização de outros ativos	12	26	-
Absorção de dispêndios pelo FATES	(66)	(82)	(32)
(Redução) Aumento em outros passivos	10.699	11.755	(546)
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	8.521	12.997	(2.136)
Aquisição de imobilizado de Uso	(3.444)	(3.462)	(147)
Integralização de capital em empresas controladas e coligadas	-	-	(1.482)
Dividendos recebidos	-	228	38
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.444)	(3.234)	(1.591)
Integralização de capital	175	866	9.180
Baixa de capital	-	-	(1)
Juros ao capital próprio	(5.236)	(7.342)	(4.266)
Distribuição de sobras	-	(3.282)	(1.187)
Redução de reservas de capital	(16)	(14)	(30)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(5.077)	(9.772)	3.696
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	-	(9)	(31)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	-	9	40
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	-	-	9
ITENS QUE NÃO AFETAM CAIXA	-	-	-
Adiantamentos para projetos tecnológicos	1.817	3.629	1.998
Ressarcimento de projetos tecnológicos	(1.817)	(3.629)	(1.998)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Norte/Nordeste - Sicredi Central Norte/Nordeste ("Cooperativa Central" ou "Instituição"), instituição financeira cooperativa de crédito que tem como atividade principal difundir o cooperativismo de crédito, coordenar e supervisionar a atuação das cooperativas filiadas, apoiando-as nas atividades de desenvolvimento e expansão, podendo praticar todas as operações compatíveis com a sua modalidade social, inclusive obter recursos financeiros de fontes externas, obedecida à legislação pertinente, aos atos regulamentares oficiais, seu estatuto e às normas internas do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"), tendo iniciado as suas atividades em 06 de dezembro de 1993.

A Sicredi Central Norte/Nordeste, situada na Dr. Antônio Moacir Dantas Cavalcanti, nº 110 no Município de Cabedelo/Paraíba, instituição sem fins lucrativos, tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Os ativos e passivos são substancialmente gerados junto a instituições ligadas, sendo os custos dos serviços da Cooperativa Central cobrados diretamente de suas filiadas, através do fluxo orçamentário preparado para cada período.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2021, está organizado por 108 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 2.127 pontos, sendo 19 cooperativas filiadas a esta central. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 01, 02, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25, 27, 33 e 46) e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Resolução Bacen nº 2/20 foram incluídas na apresentação das demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas alterações é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, Internacional Financial Reporting Standards (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade e não mais segregadas em Circulante e Não Circulante, sendo a segregação apresentada apenas em Nota Explicativa; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

Reapresentação das cifras comparativas:

A administração está reapresentando os saldos das demonstrações financeiras de 2020, apresentadas para fins de comparação, decorrentes de ajustes de retificação de erro de acordo com o disposto no CPC 23, conforme abaixo:

(a) Ingressos de depósitos intercooperativos nas demonstrações de sobras e perdas

Em 2021, foi efetuada a reclassificação dos ingressos de depósitos intercooperativos, para fins de comparação, registrados em 31 de dezembro de 2020 como outros ingressos e receitas operacionais. A central entende que os valores aplicados via Centralização Financeira não se caracterizam como outros ingressos e receitas operacionais, conforme entendimento anteriormente adotado, devendo ser considerados como ingressos e receitas da intermediação financeira. Nessa operação os valores captados em centralização serão aplicados pelo Banco no mercado, gerando receita da intermediação financeira, e remunerado às centrais via centralização. Por se tratar de recurso de tesouraria aplicado, a natureza dessa receita se caracteriza como Intermediação Financeira, logo essa classificação é a mais adequada.

(b) Provisão para contingências

Em 2021, foi efetuada a reclassificação da provisão referente a ação da Unicred Brasil contra a Cooperativa Central relativo ao Processo no.: 1007514-22.2016.8.26.0100, 39a. Vara Cível do Foro Central de São Paulo, autuado em 26/05/2016, com valor da causa no importe de R\$ 3.288, sendo o valor atualizado no montante de R\$ 13.646, registrados em 31 de dezembro de 2020 como outros passivos. A central entende que os valores estimados para perda não se caracterizam

Os valores reclassificados estão demonstrados nos quadros abaixo:

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS E PERDAS	Anteriormente	Reclassificação	Reapresentado
	31/12/2020	Ajuste	31/12/2020
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-	(71.467)	(71.467)
Resultado centralização financeira - Cooperativas (nota 10)	-	(71.467)	(71.467)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	84.295	(71.467)	12.828
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/ DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(75.339)	71.467	(3.872)
Outros dispêndios e despesas operacionais (nota 17)	(105.491)	71.467	(34.024)

Os valores reclassificados estão demonstrados nos quadros abaixo:

BALANÇO PATRIMONIAL	Anteriormente	Reclassificação	Reapresentado
	Apresentado	Ajuste	31/12/2020
PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(6)	(13.646)	(13.652)
OUTROS PASSIVOS	(54.178)	13.646	-40.532

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 29 de Março de 2022.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização (“accrual”) das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o Real (R\$) e as informações, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo que os investimentos em controladas estão ajustados pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

k) Imobilizado de uso e intangível

Corresponde aos direitos que tenham por objeto ativos corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos; neste caso, a provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL (15%), aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração da Demonstração Financeira são exigidas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração são detalhadas abaixo:

a) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota explicativa 06.

b) Provisão para riscos cíveis, tributário e trabalhista: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributários e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação do prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota explicativa 11.

c) Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados.

d) Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

q) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características da Sicredi Central Norte/Nordeste ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na demonstração dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalente de caixa os seguintes montantes:

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	-	9
Total	-	9

NOTA 05 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2021	31/12/2020
Fundos de investimento multimercado - FIM	1.430.089	1.367.805
Fundos de investimento de curto prazo - FIRF	1.875.390	2.029.514
Total circulante	3.305.479	3.397.319
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.454	21.982
Total não circulante	2.454	21.982
Total circulante e não circulante	3.307.933	3.419.301

A Circular nº 3.068/01 do BACEN, que trata sobre a classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para o registro e avaliação contábil da carteira de títulos, não se aplica à Cooperativa Central.

O Fundo de Investimento Multimercado (FIM) Crédito Privado Centralização destina-se às cooperativas integrantes do Sicredi e fundos de investimento reservados a estas instituições, investidores profissionais, conforme legislação vigente e tem como objetivo obter retorno superior à taxa DI-CETIP, através da alocação de seus recursos em ativos de diferentes naturezas e características, sem o compromisso de concentração em nenhum ativo ou fator de risco em especial.

O Fundo poderá utilizar estratégias com derivativos, como parte de sua política de investimentos tanto para fins de hedge e Síntese, quanto de posições direcionais e alavancagem, sem limites de exposição em relação

O FIRF Crédito privado Zeramento é reservado às cooperativas integrantes do Sicredi e fundos de investimentos reservados a estas instituições, investidores profissionais, conforme legislação vigente. O Fundo é administrado pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A. e a gestão é realizada pela Confederação das Cooperativas do Sicredi. O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus cotistas rentabilidade compatível com a taxa DI_CETIP. O Fundo se classifica como renda fixa e aplicará os recursos integrantes de sua carteira da seguinte forma: 80%, no mínimo, em quaisquer ativos financeiros de renda fixa, diretamente ou sintetizados via derivativos. A taxa de administração será de 0,025% a.a. sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo.

As cotas de fundos, registradas como carteira própria são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da CVM, gerando um resultado de R\$ 138.411 em 12/2021 (R\$ 71.745 em 12/2020).

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capital - ANBIMA.

As Letras Financeiras do Tesouro – LFT estão vinculadas, sob a forma de garantia, ao acordo operacional firmado, em 25 de julho de 2014, entre a Cooperativa Central e o Banco Rabobank International Brasil S.A com a finalidade de disponibilizar linha de financiamento/capital de giro aos associados de cooperativas singulares filiadas a Cooperativa Central, gerando um resultado de R\$ 221 em 12/2021 (R\$ 1.019 em 12/2020).

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação e prazos:

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2021				Total da carteira	31/12/2020
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Outros Serviços	-	25.236	64.243	51.781	141.260	137.012
Carteira total	-	25.236	64.243	51.781	141.260	137.012
Total circulante					89.479	56.852
Total não circulante					51.781	80.160

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Nível A	0,50	91.047	66.571	446	333
Nível B	2,00	50.213	70.441	1.004	704
Total		141.260	137.012	1.450	1.037

No primeiro semestre de 2021 a Cooperativa Central alterou os percentuais mínimos de provisão por Rating, dentro da norma sistêmica, para 0,49% na faixa "AA", 0,99% na faixa "A" e faixa "B" para 2%. As demais faixas permaneceram inalteradas neste exercício.

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	31/12/2021				Total da Carteira	31/12/2020
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Outros Serviços	-	25.236	64.243	51.781	141.260	137.012
Total	-	25.236	64.243	51.781	141.260	137.012
Total circulante					89.479	56.852
Total não circulante					51.781	80.160

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2021	%	31/12/2020	%
Maior	50.213	35,55	54.117	39,50
Demais	91.047	64,45	82.895	60,50
Total	141.260	100	137.012	100

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outros créditos

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	1.037	1.315
Constituição de provisão	841	595
Reversão de provisão	(428)	(873)
Saldo final	1.450	1.037

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram realizadas renegociações, baixa ou recuperação para prejuízo de operações de crédito.

NOTA 07 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Ressarcimento de despesas	1.214	1.234
Dividendos a receber	-	190
Outras	31	46
Total circulante	1.245	1.470

O ressarcimento de despesas trata-se do valor a receber das filiadas referente os valores a ressarcir das despesas administrativas resultante da contribuição das filiadas sobre o orçamento da Cooperativa Central.

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2021	31/12/2020
Outros valores e bens	140	166
Adiantamentos e antecipações salariais	34	13
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	5	4
Impostos e contribuições a compensar	19	36
Pendências a regularizar	-	1
Devedores por depósitos em garantia	947	861
Ressarcimento centralizadora	2.680	1.398
Total circulante	3.825	2.479

Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	7.022	3.393
Fundo Garantidor de Depósito (FGD)	10.205	10.205
Gestão compartilhada	159	213
Outros	209	209
Total não circulante	17.595	14.020
Total circulante e não circulante	21.420	16.499

Os adiantamentos para pagamento de nossa conta referem-se à antecipação de valores para a Confederação, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para a Cooperativa Central e, posteriormente, para às respectivas Cooperativas filiadas.

Fundo Garantidor de Depósito (FGD) refere-se a uma reserva financeira constituída pelas cooperativas da Central com o objetivo de garantia de crédito dos associados e tem como finalidade salvaguardar a imagem do sistema.

Ressarcimento centralizadora referem-se à provisão de valores adiantados para a Confederação, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para a Cooperativa Central e, posteriormente, para às respectivas Cooperativas filiadas.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

a) Avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	Sicredi Participações S.A.		Confederação		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Número de ações/quotas possuídas	7.408	7.408	1	1		
			Quotas	Quotas		
Percentual de participação	0,70%	0,63%	0,02%	0,02%		
Capital social	1.468.211	1.178.211	5.358	5.358		
Patrimônio líquido	1.485.517	1.192.999	5.373	5.373		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício social	(10.255)	38.149	-	-		
Valor do investimento	7.421	7.551	1	1	7.422	7.552
Equivalência patrimonial	(102)	243	-	-	(102)	243

b) Avaliados pelo método de custo

	31/12/2021	31/12/2020
Sicredi Fundos Garantidores - SFG	1	1
Outras ações e cotas	73	73
Total	74	74

c) Movimentação dos investimentos

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	7.626	6.097
Aumento de capital em controladas e coligadas	-	1.482
Ajuste de avaliação patrimonial em controladas e coligadas	9	(5)
Dividendos a receber	(37)	(191)
Resultado de equivalência patrimonial	(102)	243
Saldo final	7.496	7.626

NOTA 10 – CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA - COOPERATIVAS

	31/12/2021	31/12/2020
Centralização Financeira - Cooperativas	3.243.272	3.356.143
Total circulante	3.243.272	3.356.143

	01/07/2021 a 31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Resultado centralização financeira - Cooperativas	96.507	136.055	71.467
Total circulante	96.507	136.055	71.467

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerada a uma média de 100% do CDI. No primeiro semestre de 2021 e 2020, esses recursos geraram despesas no montante de R\$ 136.055 e R\$ 71.467, respectivamente, e estão demonstrados em linha específica de despesa da intermediação financeira na demonstração das sobras e perdas. A aplicação desses recursos se dá no mercado financeiro através de títulos e valores mobiliários que por sua vez geraram receitas no mesmo montante.

NOTA 11 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa Central possui provisão para riscos cíveis em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Cível	Provável	14.562	13.652
Total não circulante		14.562	13.652

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2021 (Reapresentado)	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2021
Cível	13.652	910	-	14.562
Total não circulante	13.652	910	-	14.562

O aumento da provisão refere-se ao ajuste do processo 10075142220168260100 ação FGD da condenação e honorários. O mesmo tramita na 39ª Vara Cível de São Paulo - Foro Central Cível, oriundo da Unicred do Brasil Confederação Nacional das Cooperativas Centrais - Unicred's

Em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa Central possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 50; R\$ 4.702 (2020 - R\$ 0 e R\$ 4.702), respectivamente.

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 947 (dezembro de 2020 - R\$ 861), registrados na rubrica de "Outros Ativos", os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 12 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Fundo Cobertura de Valores	4.017	3.521
Contas a pagar - empresas do grupo	1.126	593
Provisão para pagamentos a efetuar	4.624	3.829
Fundo de assistência técnica, educacional e social	1.349	1.130
Fundos custos CAD	691	691
Juros sobre capital social de cooperativas	7.342	4.266
Impostos e contribuições a recolher	493	500
Credores diversos	7.002	3.424
Demais fornecedores	872	725
Pendências a regularizar	116	1
Total circulante	27.632	18.680
Gestão compartilhada	159	213
Fundo custo manutenção de sistema	7.269	8.041
Fundo Garantidor de Depósitos (FGD)	10.205	10.205
Valores a ressarcir cooperativas	7.022	3.393
Total não circulante	24.655	21.852
Total circulante e não circulante	52.287	40.532

Fundo Cobertura de Valores refere-se a uma reserva financeira, indivisível, com prazo indeterminado de duração. Tem por finalidade a garantia patrimonial às cooperativas de crédito em caso sinistro ou furto de valores.

Juros sobre o capital de cooperativas refere-se à movimentação de provisão deste pagamento.

Fundo custo manutenção de sistema refere-se as contribuições ao Fundo Garantidor Regional, tem por finalidade a manutenção e expansão da tecnologia da Central.

Fundo Garantidor de Depósito (FGD) refere-se a uma reserva financeira constituída pelas cooperativas da Central com o objetivo de garantia de crédito dos associados e tem como finalidade salvaguardar a imagem do sistema.

Valores a ressarcir cooperativas referem-se à provisão de valores adiantados para a Confederação, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para a Cooperativa Central e, posteriormente, para às respectivas Cooperativas filiadas.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	165.101	155.922
Integralização de capital	866	9.180
Baixa de capital	-	(1)
Capital Social	165.967	165.101

b) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social das cooperativas e com a Lei nº 5.764/71, as sobras líquidas terão a seguinte destinação no final do exercício:

- 10% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.
- 30% para a Reserva legal, cuja finalidade é reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;

c) Reservas Central

- Reserva legal: tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- Reserva de expansão: tem por objetivo promover ações que visam o fomento, a expansão e conseqüentemente o desenvolvimento do Sistema de Crédito Cooperativo Sicredi nos municípios que fazem parte de sua área de atuação através de abertura de novas unidades de atendimento;
- Outras reservas de capital: tem por objetivo cobrir eventuais despesas extras de cobranças judiciais, falhas humanas ou operacionais decorrentes dos sistemas de informática da Central.

d) Sobras e perdas acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o estatuto social, as normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada anualmente após encerramento do exercício.

NOTA 14 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Operações com Instituições relacionadas**

As operações da Cooperativa Central são substancialmente realizadas com partes relacionadas (Cooperativas, cooperados, Banco, SicrediPar, Confederação e Fundação), efetuadas a taxas e condições usuais de mercado.

		31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Títulos e valores mobiliários	(Nota 05)	3.305.479	3.397.319
Operações de crédito	(Nota 06)	139.809	135.975
Outros ativos financeiros	(Nota 07)	1.245	1.470
Outros ativos - diversos	(Nota 08)	20.070	15.209
Investimentos	(Nota 09)	7.496	7.626
Passivo			
Centralização financeira - cooperativas	(Nota 10)	3.243.272	3.356.143
Outros passivos - diversos	(Nota 12)	25.209	19.323
		31/12/2021	31/12/2020
Receitas			
Resultado títulos e valores mobiliários		138.411	71.745
Operações de crédito		9.889	11.251
Outros ingressos e receitas operacionais	(Nota 16)	54.532	45.694
Reversão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(Nota 06)	428	873
Despesas			
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(Nota 06)	841	595
Outros dispêndios e despesas administrativas	(Nota 15)	3.049	2.091
Resultado centralização financeira - Cooperativas	(Nota 10)	136.055	71.467
Outros dispêndios e despesas operacionais	(Nota 17)	30.223	28.200

b) Remuneração de pessoal chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

A cooperativa Central não oferece benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.

Benefícios	31/12/2021	31/12/2020
Pessoas chave da administração	3.701	3.608

NOTA 15 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	01/07/2021 a 31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Água, energia e gás	72	147	169
CDL	238	518	306
Comunicação corporativa filiadas	790	1.023	387
Consultoria jurídica	143	281	268
Contribuição confederação	584	880	155
Depreciação e amortização	212	382	352
Licença de software - Confederação	429	592	143
Manutenção e conservação de bens	35	67	75
Programa de recompensa - plataforma Sicredi	162	278	83
Rateio Confederação - recuperação de crédito	228	308	222
Rateio Confederação - eventos coporativos	44	118	-
Reunião CAD	-	-	91
Serasa	1.327	2.492	1.513
Serviços de terceiros	195	367	460
Serviços de transportes	26	57	64
Serviços de vigilância e segurança	53	105	101
Viagem	26	26	74
Viagem - Diretoria	17	17	126
Reestruturação da Central	-	-	300
Despesa com Open Banking	58	114	-
Outras despesas administrativas	510	845	572
Total	5.149	8.617	5.461

NOTA 16 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	01/07/2021 a 31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Ressarcimento contribuição filiadas	29.923	57.139	48.391
Reversão de provisões operacionais	186	344	614
Reversão de provisões para passivos contingentes	-	-	6
Absorção de dispêndios - FATES	66	82	32
Outras rendas operacionais	137	138	1
Total	30.312	57.703	49.044

O ressarcimento contribuição filiadas refere-se as movimentações de repasses de rateio da Central para as Cooperativas filiadas.

NOTA 17 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	01/07/2021 a 31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Contribuição Confederação - Sustentação	9.504	18.056	15.818
Contribuição Confederação - Projeto custeio	1.968	3.743	4.452
Contribuição Confederação - Célula expansão	1.208	2.022	1.557
Contribuição Confederação - Sicredi digital	2.706	5.384	5.589
Contribuição Confederação	1.656	3.175	2.126
Despesas de provisões operacionais	147	289	301
Provisões para passivos contingentes	-	910	6
Emissão e postagem cartões	535	1.002	741
Processamento de cartão	290	537	223
Outras despesas operacionais	996	2.537	3.211
Total	19.010	37.655	34.024

NOTA 18 – RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

Diante do cenário de 2021 e 2020 não houveram eventos classificados como não recorrente.

NOTA 19 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	01/07/2021 a 31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	4.681	9.568	9.587
Benefícios	527	1.066	1.341
Encargos sociais	1.221	2.632	2.724
Treinamentos	52	64	9
Total	6.481	13.330	13.661

NOTA 20 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a estrutura de gerenciamento de capital, o risco operacional, continuidade de negócios, mercado, variações de taxas de juros, liquidez, crédito, socioambiental, conformidade e segurança da informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados ao pessoal da instituição;
- Identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos operacionais;
- Armazenamento, monitoramento e investigação de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Implementação e manutenção de programas de capacitação sobre a cultura de riscos e controles na Instituição;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementado para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto de Negócios (BIA) são identificados os principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de negócio e de TI;
- Planos de continuidade operacional e de TI.

Por fim, o Sicredi disponibiliza para todas as suas agências um modelo de manual de continuidade de atividades das agências, que possibilita a elaboração de um documento customizado, a fim de atender os principais cenários de interrupção das atividades”.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção; (ii) Detecção; e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade.
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Program de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 22 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência (PR)	173.679	173.382
Nível I (NI)	173.679	173.382
Capital principal - CP	173.679	173.382
Capital social	165.967	165.101
Reservas de capital	5.904	5.004
Lucros acumulados	1.808	3.282
Ajustes Prudenciais	-	(5)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	209.493	180.452
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	11.368	11.283
Margem de Capital	141.360	145.408
Índice de Basileia (PR / RWA)	82,90%	96,08%
Situação de Imobilização (Imob)	5.970	2.905
Índice de Imobilização (Imob / PR)	3,44%	1,68%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 23 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2021, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 24 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Seguimos atentos às normas sanitárias e recomendações do Ministério da Saúde e demais órgãos competentes para o enfrentando à pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) no país ao longo do período. Enquanto instituição financeira cooperativa, nosso modelo de negócio possibilita o acompanhamento de perto da realidade dos associados e das regiões onde estamos presentes, oportunizando a ampliação da oferta de soluções financeiras adequadas às necessidades de cada um no enfrentamento da crise e na manutenção dos negócios.

Para dar suporte aos empreendedores, ofertamos aos nossos associados a Linha Renegociação Emergencial viabilizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que possibilitou a renegociação das parcelas sem alterar o vencimento original da operação e excepcionalmente em casos de operações com taxa pós-fixada (TLP) a possibilidade de ampliação do prazo final.

Nossos meios eletrônicos de atendimento (caixas automáticos, internet banking, aplicativos) seguem apoiando muitas das demandas, são canais completos que permitem a realização da maior parte das operações reduzindo a necessidade de ida às agências. Também seguimos incrementando as possibilidades de atendimento via WhatsApp, agilizando muitas das solicitações. Além disso, colocamos em prática a nossa missão de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da sociedade também por meio de iniciativas como o Eu Coopero com a Economia Local, impulsionando a força do cooperativismo como motor para a continuidade da atividade econômica no país.

Wellington Jose da Silva
Diretor Executivo
160.727.824-34

Clovis Spinola Filho
Diretor de Supervisão
744.827.188-15

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20